

SEXUALIDADE INFANTIL NA REVISTA NOVA ESCOLA: O “FURO” NO DISPOSITIVO

Regina Baracuhy¹

Louise Medeiros²

RESUMO: Este artigo objetiva discutir sobre o funcionamento do dispositivo da Educação Sexual, a partir da pedagogização da sexualidade infantil na Revista *Nova Escola*. Como recorte analítico, nosso *corpus* se constitui de duas capas da citada revista. Para atingir o nosso propósito, nos ancoramos teórica e metodologicamente na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que se pauta pelo método arqueogenealógico. Constatamos que ao abordar a questão de gênero, a Revista *Nova Escola* instaura um “furo” no dispositivo da Educação Sexual, produzindo variações de direção, isto é, faz configurar as linhas de atualização, por meio das quais se operam as transformações de um dispositivo.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos. Dispositivo. Sexualidade infantil. Gênero. Revista *Nova Escola*.

INFANTILE SEXUALITY IN THE NEW SCHOOL MAGAZINE: THE “HOLE” ON THE DEVICE

ABSTRACT: This article aims to discuss the functioning of the Sexual Education dispositif, based on the pedagogization of the infantile sexuality in the magazine *Nova Escola*. As an analytical cut, our *corpus* consists of two covers of the mentioned magazine. To attend our purpose, we use the theoretical-methodological presupposition of Foucaultian Theoretical framework, centralized on the archaeogenealogical method. We verify that when we approach the gender question, the *Nova Escola* magazine restores a “hole” in the dispositif, producing variations of direction, this is, it makes to configure the updating lines, with this, they operate conversions of a dispositif.

KEY-WORDS: Foucaultian Theoretical framework. Dispositif. Infantile sexuality. Gender. *Nova Escola* Magazine.

1 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Professora Associado Nível IV, da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mrbaracuhy@hotmail.com

2 Doutoranda em Estudos Linguísticos, na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ouise_mp@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo ancora-se teórica e metodologicamente na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Embora o pensamento de Michel Foucault seja estudado em vários campos das Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia, o Direito, a Psicologia, a Educação, dentre outros, uma vez que suas ideias são vastas e complexas, quero registrar aqui nosso lugar de fala como linguistas. Isso significa que nos situamos no campo do discurso e nos interessa estudar os enunciados com valor de “acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2014, p. 31)

Olhar o discurso com uma visada foucaultiana nos permite compreender, analisar, interrogar as relações entre práticas discursivas e não-discursivas, sobretudo as práticas de resistência na sua dimensão histórico-social para pensar a sua produção, circulação e transformação. Importa considerar que, sob tal perspectiva, os discursos são práticas que obedecem a regras históricas, atreladas ao tempo e ao espaço. Tais práticas são de natureza semiológica, por isso nossa unidade básica de análise é o enunciado, por ele nos permitir uma análise de materialidades verbal, não verbal, digital, fílmica, etc., porque o enunciado para Foucault é histórico, está para além da estrutura textual, embora esta seja uma de suas dimensões, vez que os enunciados se materializam em textos.

De acordo com Gregolin (2015, 2016), Foucault não pretendeu produzir uma teoria discursiva ou criar um campo do saber para objetos discursivos, no entanto, ela esclarece que em toda a obra do supracitado autor, a linguagem e o discurso são categorias fundantes. O que significa dizer que, para esse pensador, as coisas não preexistem às palavras, sendo assim, as verdades de um certo momento histórico são produzidas por discursos,

são resultado de uma construção sócio histórica.

Pensar uma teoria do discurso com Foucault requer que atentemos para o objetivo fundamental das suas propostas, que é compreender como se articulam os modos de objetivação/subjetivação no âmbito da produção discursiva. Isto implica considerar a constituição dos sujeitos perpassada por saberes e poderes. Em seu artigo *O Sujeito e o Poder*, Foucault (1995, p. 248) discorre sobre o encadeamento indefinido e a atração recíproca que existe entre as relações de poder e as estratégias de luta, afirmando que não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual. Toda relação de poder implica, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta. Desta maneira, a resistência aparece como condição permanente da existência das relações de poder.

Na perspectiva foucaultiana, o sujeito está totalmente inserido em uma complexa rede de poderes, que o atravessa e o constitui enquanto tal, ora submisso, ora resistente, mas sempre sob a égide das relações de força dentro de uma dada sociedade. Tais relações são estratégicas, multipontuais, microfísicas, difusas. Para descrevê-las e articulá-las em rede, Foucault propõe o conceito de dispositivo.

Propomo-nos a pensar a educação sexual enquanto um dispositivo (nos termos em que Foucault o designa) complexo, que possui elementos do dispositivo da sexualidade e do dispositivo escolar.

O dispositivo da sexualidade atua na disciplinarização dos corpos, na regulação e normalização da população; regulamenta o prazer e os saberes sobre o sexo; além disso, ocupa-se, por meio desse regime sobre sexo, da preservação da espécie humana. Ele privilegia, “não a reprodução, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira mais detalhada e controlar

as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2015, p.116). A sexualidade, enquanto dispositivo (e não enquanto pulsão e nem sob a forma de uma lei, como pensaram Freud e Lacan, respectivamente), arma estratégias de relações de força localizáveis nos saberes médicos, psicológicos, pedagógicos, produzindo efeitos de poder, no sentido de disciplinar o indivíduo, corrigi-lo, normalizá-lo, encaixá-lo em uma instituição (ARAÚJO, 2008, p.88).

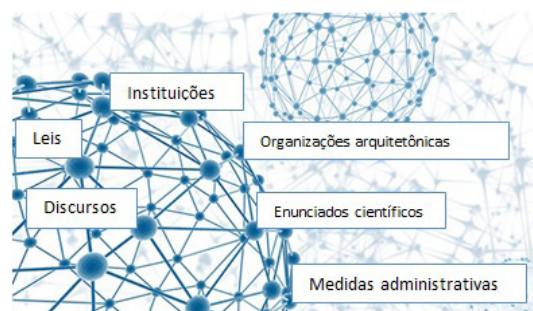
Consideramos que a Revista Nova Escola faz parte do dispositivo da educação sexual. Desse modo, este artigo objetiva discutir sobre o funcionamento do dispositivo da Educação Sexual, a partir da pedagogização da sexualidade infantil na Revista Nova Escola. Como recorte analítico, nosso *corpus* se constitui da capa da Revista *Nova Escola* edição 279, publicada em fevereiro de 2015 e a capa da edição 321, publicada em abril de 2019.

2. DISPOSITIVOS EM DIÁLOGO: FOUCAULT E DELEUZE

Em uma entrevista intitulada “Sobre a história da sexualidade” concedida no ano de 1977, Foucault assim define o dispositivo (2013, p.364):

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

A partir desta definição, imaginamos o dispositivo como uma rede que estabelece ligação entre o dito e o não dito, ligando elementos de diferentes naturezas, como demonstrado na figura a seguir:



Além do caráter heterogêneo do dispositivo, Foucault discorre sobre a natureza da relação que pode existir entre os seus elementos e explica que entre eles há um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, etc. Nesse sentido, o dispositivo, que agencia e articula diferentes instâncias de saber, não é uma estrutura fechada com um fim em si mesmo.

As linhas que o compõem não são estanques e imóveis. Ao contrário, pressupõem movimento. São linhas que se cruzam, se bifurcam e se afastam sem compor sistemas fechados. Cada uma delas é submetida a fraturas e são propensas a variações de direção e de intensidade, sendo assim, são transitórias e efêmeras, podendo pertencer a mais de um dispositivo ao mesmo tempo, o que os tornam cambiantes entre si. Isso porque um dispositivo engendra discursos, enunciados, práticas, instituições, leis que, por sua vez, também o colocam em movimento e o fazem funcionar.

De acordo com Carvalho e Sargentini (2014, p. 27), as linhas possibilitam a organização dos arquivos, ligando um enunciado a outro, uma formação discursiva a outra. Os dispositivos são criados pelas práticas discursivas e não discursivas que vão constituindo uma espécie de base de sustentação para que a rede imaginária teça suas linhas de um dispositivo a outro, um movimento que se dá, sobretudo, na relação dos sujeitos com as práticas discursivas, entre o passado recente e o futuro próximo.

Por fim, Foucault (2013, p. 366) aponta a função estratégica do dispositivo, pois ele decorre de uma urgência histórica e está inscrito em um jogo de poder, ligado a saberes que nascem dele, mas também o condicionam. Ele supõe uma manipulação de forças, feita por meio de uma intervenção racional e organizada, seja para desenvolver estas relações de força em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, etc.

Ainda sobre o dispositivo enquanto tática, a “sexualidade” é um exemplo citado por Foucault (2015), que não a considera um dado da natureza, nem uma questão biológica. Ele a enfoca como uma fabricação datada da metade do século XVIII, uma espécie de novelo; um conjunto multilinear, que se relacionam a regimes de saberes móveis ligados a configurações de poder e que produzem modos de subjetivação específicos, mas também, formas singulares de resistência e de fuga (DELEUZE, 1990). Para este autor, o dispositivo é uma máquina de fazer ver e de fazer falar, por isso é composto por linhas do saber que se movimentam e que comportam curvas de visibilidade e de enunciação.

O quadro abaixo auxilia-nos a mostrar as características principais de cada linha que compõe o dispositivo:

	CARACTERÍSTICAS
Linhas de visibilidade	Cada dispositivo tem seus regimes de luz. A maneira como se estabelecem os jogos entre o visível e o invisível.
Linhas de enunciação	A maneira como se estabelecem os jogos entre a eloquência e o silêncio, o dito e o interdito.
Linhas de forças / Linhas de objetivação	Trata-se da dimensão do poder. Penetram as coisas e as palavras passando por todos os lugares do dispositivo, atingindo todos os espaços.
Linhas de subjetivação / Linhas de fratura	É uma linha de fuga. Consiste na produção de subjetividade em um dispositivo. Não é certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante. ³

Esse conjunto de linhas se entrecruza e se mistura. Uma suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição. Além disso, “por todos os lados, há emaranhados que é preciso desmesclar: produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro, em outras formas ainda por nascer”. (DELEUZE, 1990, p. 157).

³ Conforme Deleuze, G. O que é um dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990.

De um ponto a outro, podemos nos deparar com elementos da ordem do imprevisível, da criação, do novo, do atual, uma vez que os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, funcionam como vetores ou tensores. Assim, os três grandes eixos que Foucault distingue sucessivamente ao longo de sua obra: saber, poder e subjetividade não possuem contornos definitivos, já que são dispostos como cadeias de variáveis que se relacionam entre si. (DELEUZE, 1990)

Para Deleuze, é importante ressaltar as potencialidades inventivas dos dispositivos, que surgem de suas fraturas, das rupturas que se tornam possíveis em momentos históricos decisivos de transformação. Nesse sentido, atingimos as duas consequências importantes de uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio à categoria de universal: de reflexão, de comunicação, de consenso. Isso não quer dizer que todos os dispositivos se equivalem, mas cada um tem seus próprios processos imanentes distintos dos que operam em outro dispositivo, cada um tem suas regras de funcionamento.

A segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos é que ela não se interessa pelo eterno, pelo contrário, o que se busca é a apreensão do *novo*. “Todo o dispositivo se define, pois, pelo que detém em novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo futuro” (DELEUZE, 1990). Segundo o autor, o “atual” não é o que somos, visto que a subjetividade é processo em curso, mas aquilo em que vamos nos tornando. Sendo assim, em todo dispositivo, é necessário distinguir o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir.

2.1. SOBRE O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

No livro *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber*, de Michel Foucault, o autor afirma que o sexo é algo que está em constante processo de interpretação, todavia, o sexo e seus efeitos não são fáceis de decifrar. O autor inicia o texto discorrendo sobre o regime de repressão ao sexo que se coloca no século XVII, coincidindo com o início do Capitalismo, e fazendo parte, dessa forma, das sociedades chamadas burguesas. É próprio da repressão, por exemplo, interditar as crianças, proibi-las de falarem sobre sexo, fechar seus olhos e tapar seus ouvidos impondo um silêncio geral e aplicado.

Embora Foucault admita que as proibições existam e em grande número, sendo o discurso da repressão sexual profundamente firmado e historicamente evidente, ele acredita que muito mais que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, “trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes”. (FOUCAULT, 2015, p. 81). Portanto, essa repressão, geralmente aceita como verdade, é abarcada também por mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder.

A questão da sexualidade é discutida enquanto dispositivo. O que Foucault pretende é problematizar essa sociedade que fala prolixamente de seu próprio silêncio e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar, buscando analisar o funcionamento do regime de saber-poder-prazer que sustenta o discurso da sexualidade. Trata-se, segundo o autor, de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber. Para ele, as

práticas de negação, rechaço, interdição e censuras são apenas algumas peças dentre outras que têm uma função local e tática em uma colocação discursiva, em uma técnica de poder. Nesse âmbito, a concepção de um poder essencialmente repressivo, que possui uma relação negativa com o sexo, é condenada pelo autor.

Foucault (2015) irá, ao longo da obra *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*, questionar a hipótese repressiva e propor uma análise positiva das formas de produção da sexualidade na história da sociedade ocidental nos últimos séculos. Desta forma, afirmará que a sexualidade aparece como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nestas relações de poder, não se deve descrever a sexualidade como o elemento mais rígido nem o poder como elemento que tenta sujeitá-la e muitas vezes fracassa. Ela é dotada de instrumentalidade, utilizável no maior número de manobras e pode servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

Na análise feita pelo autor em pauta, a partir do século XVIII, é possível distinguir quatro grandes conjuntos estratégicos que mostram a formação de um dispositivo voltado, não para a interdição, mas para a produção do discurso a respeito do sexo. São eles: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Nessas estratégias, o sexo das crianças, das mulheres e dos homens, é alvo privilegiado de saber, portanto, indutor de poder.

Em se tratando da pedagogização do sexo da criança, Foucault (2015) afirma que esse processo se manifestou, sobretudo, na guerra contra o onanismo, atividade sexual tida como indevida, arriscada, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, que é imbuída de perigos

físicos e morais, coletivos e individuais. Conforme esclarecido pelo autor, a partir dessas sexualidades periféricas, as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, penetrando nas condutas e possibilitando a majoração desse poder. Ele afirma que a vigilância familiar, o relatório pedagógico, a investigação psiquiátrica, o exame médico, aparentam dizer “não” a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder.

Por parte de quem fiscaliza, há um prazer em exercer um poder que espia, que questiona, que revela; por parte de quem é alvo da espreita, há um prazer que se abraça por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Utilizando de suas palavras: “Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir”. (FOUCAULT, 2015, P. 50) Em torno do sexo e dos corpos, portanto, as incitações não organizaram fronteiras impossíveis de serem ultrapassadas e sim “perpétuas espirais de poder e prazer”, cujo efeito era produzir a verdade do sexo mesmo que esta fosse perigosa, preciosa ou temida.

É preciso, pois, ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita e historicamente tida como verdade, considerar os mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, que geram prazer e poder.

De acordo com Foucault (2015, p. 64), há, historicamente, dois procedimentos de produção da verdade do sexo. A *arte erótica*, na qual a verdade é extraída, não do discurso, mas da própria prática sexual, que visa fundamentalmente ao prazer e a *ciência sexual*, cuja matriz é dada pela “confissão”. Na esfera mais cotidiana, a sociedade é instada a confessar, espontaneamente ou não, seus crimes, seus pecados, seus pensamentos, seus desejos, suas misérias.

Tornamo-nos uma sociedade “singularmente confessa”, afirmava M. Foucault (2015, p. 66), notadamente em termos da sexualidade. E ele completa: “quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo”. Nessa direção, a técnica da confissão, enquanto matriz que rege a produção da verdade sobre o sexo, permaneceu durante muito tempo relacionada à prática de penitência, interligada às práticas religiosas focadas no exame de consciência interior.

Todavia, aos poucos, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da Pedagogia do século XVIII e da Medicina do século XIX, as motivações e os efeitos desse ritual vem se difundindo. Confessa-se, não apenas em igrejas, mas em casa, na escola, aos pais, aos educadores, ao médico; no prazer e na dor. Além do interesse religioso, o sexo passa a ter um interesse público, sendo necessário analisa-lo; mais do que um discurso moral, será produzido um discurso racional sobre o sexo e, com a sua racionalização, é possível regulá-lo, controlá-lo.

Nos dias de hoje, onde as redes sociais são lugares de confissão por excelência, confessa-se em público; não mais por obrigação, mas por livre iniciativa de querer posicionar-se, de mostrar uma verdade, de libertar-se, de transformar-se.

O procedimento da confissão, portanto, foi inscrito num campo de observações cientificamente aceitáveis; o sexo foi dotado de um poder causal fecundo e polimorfo e foi responsabilizado por perigos ilimitados que justificam a inquisição exaustiva a que é submetido.

Nesse âmbito, o discurso sobre o sexo articula poder e saber, sendo necessário, para analisar o que se diz sobre o sexo, atentar para os diferentes efeitos produzidos segundo quem fala, a posição de poder que ocupa, o contexto institucional em que se encontra; uma vez que há

uma multiplicidade de elementos discursivos num jogo complexo e instável em que esse discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, como também ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta.

Analisar o dispositivo da sexualidade, portanto, envolve questões essenciais: economia, “interesses” discursivos, disputa pública, estratégia política. Está ligado à administração dos corpos e a gestão calculista da vida. Ao penetrar nos corpos, o poder controla as populações de modo cada vez mais global. A sexualidade torna-se então “um dispositivo de sujeição milenar” e o sexo, um assunto administrativo, gerido por políticas populacionais. Porém, é importante destacar que, antes da instalação do dispositivo de sexualidade no século XVIII, o que dominava era o *dispositivo de aliança*, que tem vínculo privilegiado com o Direito, valoriza o sistema de matrimônio, as relações familiares e a transmissão de nomes e bens, estruturando-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito, tendo como momento decisivo, a “reprodução”.

O sexo entrou num regime ordenado de saber por meio de relações de poder, visando à normalização através de técnicas de saber médico-científicas, uma vez que a masturbação infantil, a sexualidade feminina, os cuidados com a procriação, o homossexualismo, surgem como preocupações para médicos, intelectuais, entrando na esfera da Psiquiatria, produzindo um saber que examina o sexo.

O dispositivo da sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo, o principal investimento — corpo que produz e consome. O Estado, por sua vez, cria políticas para gerir a reprodução e a saúde pública, bem como administra o sexo, através de *biopoderes*, do investimento sobre o corpo vivo. Instala-se o poder sobre a vida das populações. O corpo, a

saúde, a alimentação e a habitação são investidos por novas técnicas de controle em que a norma é tão ou mais útil que a lei. O mecanismo mais eficaz para controlar o direito à vida é controlar o dispositivo da sexualidade. A tecnologia do sexo conduz ao corpo disciplinado e à população regulada e administrada. Daí porque a sexualidade é tão requisitada. (ARAÚJO, 2008, p. 89)

A sexualidade não é considerada por Foucault como algo natural, uma essência vivenciada por todos de maneira universal, mas sim como algo produzido com base em todos esses saberes produzidos pela *scientia sexualis*, que controla e que pode ser controlada. Dessa forma, entendemos a sexualidade como uma construção sociocultural e histórica, que articula poderes e saberes ao mesmo tempo que objetiva controlar e normalizar os sujeitos.

3. A REVISTA NOVA ESCOLA ENQUANTO ELEMENTO DO DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

As revistas, de um modo geral, apresentam uma rede de imagens e de textos como objetos visíveis que abrigam enunciados formuláveis, expressando forças em disputa para a produção de práticas discursivas, de subjetividades. A maneira como se estabelecem a disposição das manchetes das capas, as imagens selecionadas, os temas escolhidos, os jogos entre a eloquência e o silêncio, o dito e o interdito, vão direcionando o leitor, neste caso o professor, a formas de fazer tais leituras condicionando seu olhar para ver o que “deve ser visto” e fazer o que “deve ser feito”.

A Revista *Nova Escola*, em edições impressas e digitais, funciona como fonte de pesquisa, manual de conduta pedagógica, bem como ferramenta de disciplina. Enquanto instrumento midiático, a revista

Nova Escola oferece o tema da sexualidade infantil na condição de fato de discurso. E os enunciados que serão analisados são considerados como tal, uma vez que podem ser descritos a partir de quatro condições fundamentais, o que caracteriza uma função enunciativa, conforme explicita Foucault (2015): a) trata-se de uma formulação singular, única; b) possui um sujeito enunciativo, que não pode confundir-se com o autor da formulação; c) pertence a um domínio associado, fazendo parte de uma série, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo; d) possui existência material que permite sua repetibilidade, sua circulação, sua entrada em redes. Vejamos a capa abaixo:



Figura 1: Capa Revista *Nova Escola*, Fevereiro, 2015, edição 279.

Fonte: <https://novaescola.org.br>

Compreendendo o corpo enquanto “prática discursiva”, segundo Milanez (2009, p. 215), é preciso olhá-lo de perto, identificar o lugar no qual esse corpo se insere, a data que ele marca, enfim, estabelecer os limites que fazem com que ele apareça ali naquele momento, naquele lugar e não em outro. Afinal, cada época e cada sociedade

estabelecem um conjunto de normas, de regras, de valores que formatam e ordenam o que pode ser dito, o que pode e deve ser publicado.

No discurso da revista de anos anteriores a esta capa, foi-se produzindo e reproduzindo um saber, uma concepção de educação sexual que enfocava aspectos anatômicos e fisiológicos do corpo humano e sua preservação, enfatizando questões relacionadas à prevenção de DSTs, à prevenção de uma gravidez na adolescência, etc. Ganhavam relevo os tradicionais discursos sexistas estabelecidos em sintonia com as vontades de verdade sobre a biologização da diferença entre os sexos, dentre outros.

Essa capa da Revista *Nova Escola*, porém, aponta para a recente visibilidade das relações de gênero no discurso midiático. É somente na edição de 2015 que vemos aparecer inicialmente a temática da sexualidade problematizada pelo viés da transexualidade infantil no gênero discursivo capa de revista.

A dimensão da singularidade que se põe nesta capa-acontecimento é mostrada pela subversão do corpo escolar infantil, que mexe com o *discurso verdadeiro* ao estampar um menino usando coroa e vestido de princesa, o que provoca cisão, mudança.

Nesta edição, o conceito de gênero ganha destaque preenchendo as curvas visibilidade e de enunciabilidade do dispositivo da sexualidade. Trata-se de um corpo proibido, interdito por jogos de verdade construídos por uma sociedade heterossexual e conservadora. Um corpo onde há marcas identitárias que foram negadas durante muitos anos na mídia. Fere, assim, a ordem social, desestabiliza algumas verdades, por outro lado, abre caminhos para sua transformação, estimulando a concepção de uma insólita realidade, provocando grandes polêmicas discursivas. A revista, portanto, eleva este corpo a níveis de visibilidade, singularizando-o no tempo e no espaço.

Vale observar que ainda na capa, há uma nota mencionando que se trata de um garoto britânico. Romeo Clarke não é uma criança brasileira, mas natural do Reino Unido. Entendemos que esta escolha já mostra o quanto este tema é interdito no Brasil, um país cuja diversidade cultural, étnica, racial é discursivamente assumida e cuja cordialidade em relação a esta mesma diversidade é maquiada. Todavia, ao trazer essa reportagem como matéria de capa, essa questão passa a fazer parte do universo discursivo no dispositivo da educação sexual de nossa época, de modo que a concepção binária presente no conceito de gênero, durante muito tempo enraizada, vai sendo atingida por dizeres de outra ordem.

Segundo Louro (2008, p. 19):

Transformações são inerentes à história e à cultura, mas, nos últimos tempos, elas parecem ter se tornado mais visíveis ou ter se acelerado. Proliferaram vozes e verdades. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir. Cada vez mais perturbadoras, essas transformações passaram a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais.

Em poucos anos, segundo a pesquisadora, desestabilizaram-se antigas e sólidas certezas, subverteram-se as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Sendo assim, diante de uma urgência histórica, social, cultural, o discurso da revista *Nova Escola* faz o objeto “transexualidade infantil” ganhar existência, isto é, faz desse objeto uma realidade. Nessa perspectiva, Veyne (2011, p. 32) afirma que não se pode pensar qualquer coisa em qualquer momento, uma vez que só pensamos dentro das fronteiras do discurso do momento. Tudo o que julgamos saber está limitado sem que o saibamos, não lhe vemos os limites e ignoramos até que existam.

O convite feito pela *Nova Escola* “**Vamos falar sobre ele?**”, aliado à imagem de uma criança do sexo masculino vestido de princesa, que interage com o leitor-espectador, encarando-o através de um olhar provocativo, rompe com o discurso já estabelecido, fragilizando uma ordem do discurso, abrindo todo um domínio de questões possíveis, fazendo emergir outras discursividades, incitando sobremaneira a produção, aparição e circulação de discursos na mídia que falem sobre gênero.

A manchete inicia com o verbo na primeira pessoa do plural, em tom atrativo, com um enunciado que nos convida a participar desta rede discursiva, instigando-nos a ver e a falar sobre “Romeo”, sobre sexo, sexualidade, e, sobretudo, sobre gênero, na mídia, em ambiente escolar, etc. Nesse âmbito, o nível enunciativo da revista aponta para o que Courtine (2008) chama de *domínio de atualidade* (COURTINE, 2008), para o “novo”, ou ainda, o acontecimento que irrompe para os sujeitos escolares nas linhas móveis do dispositivo da educação sexual. Isso conflui na emergência de outras subjetividades. Por exemplo, na publicação da Revista *Veja* de dezoito de outubro de 2017, cuja frase de capa destaca o seguinte enunciado “Meu filho é trans”. A matéria referente à capa narrou a saga dos pais de crianças que não se identificam com seu sexo biológico. Também a série *Quem Sou Eu?*, exibida pelo *Fantástico* em 2017⁴, contou histórias de transgêneros em diferentes fases da vida, ressaltando a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Outro exemplo ainda de discursivização do tema é a capa da Revista *Textual*, de maio de 2017, que destacou a urgência de falar sobre sexo na escola, sobretudo a necessidade de debater gênero e heteronormatividade.

4 Série especial “Quem Sou Eu?”, comandada por Renata Ceribelli no *Fantástico* (2017), conta as histórias de transgêneros em fases distintas, ressaltando a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Conferir em <http://especiais.gl.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu/>

O enunciado “*Precisamos falar sobre Romeo...*” materializado no título da reportagem, no interior da *Nova Escola* é um chamado para os leitores, professores, pais, saírem da “redoma provisória” (VEYNE, 2011, p. 32) em que estão situados, ou seja, distanciar-se das suas “pequenas verdades” para se situarem numa nova redoma. A identificação de uma criança com o sexo oposto e o eventual desejo em assumir uma nova identidade de gênero é uma realidade, ou seja, a transsexualidade infantil existe e a revista dá visibilidade a este fato, fazendo desestabilizar algumas verdades produzidas por campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como o da religião, da família, do direito, da medicina.

O dispositivo da educação sexual, portanto, que antes agenciava saberes tradicionais para debater gênero, vai se valendo de outras estratégias discursivas e de outros saberes, de modo que inclui a abordagem do gênero em uma perspectiva construcionista, no sentido de que são regras construídas/atribuídas socialmente a cada sexo, e que, sendo assim, há muito jeitos de ser homem e mulher.

Atualmente, correntes contestatórias ampliam as possibilidades identitárias, defendendo que há muito jeitos de ser homem e mulher. (Revista Nova Escola, nº 279, 2015)

Você deve estar se perguntando onde a escola entra nessa discussão. Para que ela respeite a diversidade, as formações de professores precisam abordar o assunto. É o melhor caminho para disseminar o que as pesquisas já descobriram sobre a construção dos gêneros e sua relação com o sexo e a sexualidade. O caso mais notório aconteceu em 2011. Como parte do programa Brasil sem Homofobia, especialistas produziram para o governo federal cadernos com conteúdo pedagógico que colocavam o tema em discussão. (Revista Nova Escola, nº 279, 2015)

Os ditos também tocam na questão da historicidade das identidades e vão nos mostrando outras formas de ver essa questão, que é tão silenciada. Sendo assim, o discurso da revista vai

desconstruindo algumas “normas” que estão enraizadas como características típicas dos sexos masculino e feminino e que são transmitidas pelas instituições, pelos costumes familiares, pelos preceitos religiosos, etc. Ao afirmar que o dualismo heterossexual/homossexual não é capaz de abarcar as formas de desejo humanas, abre para outras possibilidades enunciativas.

A revista intenta mostrar que a ordem do discurso é assumir que as maneiras de se identificar com os gêneros e de viver a sexualidade multiplicaram-se. Essas linhas de força, segundo Deleuze (1990), vão cruzando as curvas de visibilidade e de enunciação, indo de um ponto a outro, tecendo a urdidura do saber. Sendo assim, o sujeito é levado a admitir que, da mesma forma que existem heterossexuais, existem também gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, transexuais, agêneros e todo esse *continuum* de modos entre os polos binários tradicionalmente imaginados.

Todas essas ideias, materializadas na ordem do enunciável, são combinadas com imagens. A capa tem como destaque um corpo real. Diferentemente das placas ilustrativas presentes em outras edições ao lado dos temas selecionados, ao longo desta reportagem, os regimes de luz incidem sobre fotografias de sujeitos reais, inclusive mostrando-os em fotografias, recurso textual que marca o nosso contexto de superdiversidade e que enfatiza, portanto, a existência de identidades reais, heterogêneas, que podem e devem ser acolhidas, sobretudo pela instituição escolar.

Os regimes de luz incidem também sobre uma menina lésbica que se veste de camiseta preta folgada, tem cabelo curto e que não senta de pernas cruzadas; enfoca também um grupo de jovens, vestidos de saia, que protestou pelo direito de o colega, que se considera agênero, usar qualquer vestimenta. Estes aparecem representando os alunos que promoveram um “saíato” para levantar questões de gênero e sexualidade na escola, visto

que esta não acolheu a decisão do garoto. Ainda no campo das (in)visibilidades, atentamos para o fato de que, em edições anteriores, há um ofuscamento de imagens que remetam à questão sociológica, construcionista do gênero.

Segundo Deleuze (1990), as diferentes linhas de um dispositivo repartem-se em dois grupos: as linhas de estratificação/ sedimentação, que são constituídas dos processos mediante os quais se define o que somos em um certo momento, ou as linhas de atualização ou de criatividade, que representa aquilo que estamos deixando de ser e o que somos em devir, isto é, aquilo que estamos nos tornando. “Todo o dispositivo se define, pois, pelo que detém em novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo futuro.” (DELEUZE, 1990, p. 159).

Em relação às primeiras, constatamos que o dispositivo da educação sexual, por muito tempo, fazia movimentar as linhas, fazendo-as seguirem na direção de responder o “como fazer” uma educação sexual, pautada em dicas e sugestões; o “como planejar” uma vida sexual saudável; o “como agir” em relação a temas como homossexualidade, masturbação, gravidez na adolescência; o “como prevenir” doenças sexualmente transmissíveis. São práticas que se desenvolveram a partir da fabricação da sexualidade infantil e que atravessam a história da Educação Sexual até nossos dias. A preocupação era com situações eróticas no espaço escolar, mesmo que tenha mencionado vez ou outra a flexibilização dos costumes que colocou em xeque o papel do homem e da mulher, novas configurações de família, as diferenças entre meninos e meninas, por exemplo.

Todavia, ao trazer para debate a questão de gênero, considerada tabu em nossa sociedade, dá visibilidade àquilo que escapa e resiste ao dispositivo. Alcança um outro saber sobre os diversos sujeitos que lutam por voz e vez em nossa

sociedade, sujeitos esses que estão diariamente em nosso convívio e que ainda são vítimas das mais diversas brutalidades pelo fato de experienciarem outros jeitos de ser homem ou mulher. Desse modo, as linhas de força articulam dizeres que enunciam que não há uma única maneira possível de explorar a sexualidade, que não se devem usar critérios diferentes para o comportamento de meninos e meninas, que o machismo deve ser combatido, que as normas e os padrões associados a cada um dos gêneros devem ser questionados.

Levando em conta a característica de atualização constante de um dispositivo, é válido evidenciar que faz parte de sua função, determinar, moldar e direcionar nossas formas de pensar, de agir, de viver, acompanhando o momento histórico, político, social, econômico, em que vivemos.

Portanto, o dispositivo da educação sexual, ao agenciar diferentes saberes, até muito tempo silenciados, relações de força são colocadas em funcionamento e um novo sujeito passa a ser produzido a partir desses ditos e jogos de força operacionalizados, impelindo os sujeitos a outras maneiras de agir, a outras possibilidades de ver e viver em sociedade. Por ser proveniente do campo científico, esse saber ganha estatuto de verdade, passando a assumir um lugar autorizado de enunciação e de discursivização (materializado na mídia em forma de reportagem) e conduz, com isso, o sujeito a uma posição para que esse corpo seja exposto, conhecido e aceito.

No entanto, sabemos que o fluxo da história perpassa, de forma descontínua, o arquivo e o devir, além disso, conforme esclarece Gregolin (2015, p. 23), “a subjetividade é processo em curso, por isso, a atualidade é sempre contraditória, tem sempre uma incompletude constituinte que nos impede de enxergá-la com inteireza”, o que nos leva a considerar que, embora exista um movimento que enseja o surgimento de outras visibilidades/enunciações para a concepção de gênero e de

sexualidade, há um constante retorno de discursos tradicionais, conservadores, que apoiam-se numa lógica dicotômica e limitante dos sujeitos sociais.

Para exemplificar essas afirmações, retomemos o enunciado-acontecimento proferido por Damares Alves, no início do ano de 2019, quando ela assumiu o cargo de Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (pasta criada pelo atual presidente Jair Bolsonaro): “**Nova era começou: meninos vestem azul e meninas vestem rosa**” (conferir em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>)

Sob uma perspectiva foucaultiana, levantamos o seguinte questionamento: Que singular existência é essa que possibilita esse enunciado vir à tona neste momento e não em outro? Ou em outras palavras: o que faz esse enunciado proferido pela pastora/ministra/deputada irromper historicamente? Com que outros enunciados ele pode se relacionar discursivamente como um nó em uma rede? Como se sabe, existe uma voz que permite e o autoriza neste determinado momento político, marcado por um governo de Direita que assumiu a Presidência da República. Segundo Foucault (2014, p.35):

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro.

Assim como todo acontecimento, o enunciado formulado pela ministra evangélica, sendo histórico, aberto à repetição, à transformação, à reativação, teve suas margens povoadas por outros enunciados, uma vez que “está ligado não apenas a

situações que o provoca, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 2014, p. 35) e uma vez que os enunciados situam-se em um *campo associado*. Diante disto, vejamos a figura a seguir:



Figura 2: Capa Revista *Nova Escola*, Abril 2019, edição 321

Fonte: <https://novaescola.org.br>

A revista *Nova Escola*, publicada em abril de 2019, traz como matéria de capa dois jovens usando camisetas onde as cores rosa e azul se misturam e essa imagem é acompanhada do seguinte enunciado: “ELES USAM A COR QUE QUISEREM. Como romper estereótipos em sala de aula e promover igualdade de gênero, garantindo os mesmos direitos para meninas e meninos”.

O enunciado da manchete está atrelado a um domínio de memória do presente⁵. De acordo com Foucault:

5 Segundo Pierre Nora (1993, p. 9), memória e história se distinguem, portanto, não podem ser tratadas como sinônimo. A “memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.”

Não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2014, p. 120)

Considerando, assim, que a análise dos enunciados se efetua no “conjunto das coisas ditas” (FOUCAULT, p. 150), faz-se necessário situar as relações estabelecidas, as regularidades e as possíveis transformações a que os enunciados estão suscetíveis. Dessa maneira, através do enunciado “eles usam a cor que quiserem”, em série com o enunciado “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, remetemos ao pensamento do filósofo para o qual os discursos se transformam, não apenas a partir das relações de poder, mas em e através delas. (FOUCAULT, 2013)

Nesse caso, produzida em circunstâncias particulares, dados os saberes já em jogo na cena política brasileira contemporânea, esta capa se integra a um conjunto de enunciados, sob a forma de um *acúmulo*. Enquanto o enunciado proferido pela ministra entrevistada sentidos de uma polarização de gênero a partir de cores de roupa adequadas para meninos ou meninas, na tentativa de objetivar o sujeito homem e o sujeito mulher; a capa da Revista *Nova Escola* os reativa, porém, resignificando-os, tanto do ponto de vista imagético (através das cores que, na capa, apresentam-se misturadas, isto é, sem demarcações estanques, sem contornos dicotômicos) quanto do ponto de vista linguístico. O pronome pessoal “eles”, que inicia o enunciado da capa, também vai muito além da polarização entre o masculino ou feminino.

Ainda no nível enunciativo, as expressões “romper estereótipos”, “garantindo os mesmos direitos”, “promover igualdade de gênero” nos encaminha à ideia de luta por direitos iguais, tão intrinsecamente ligadas à existência histórica de

grupos e organizações sociais, como o Movimento Feminista e o Movimento LGBT. Além disso, “eles usam a cor que quiserem” faz evocar o discurso feminista pelo enunciado “meu corpo, minhas regras”, tornando presente, pelo exercício da memória, o empoderamento feminino e a luta diária das mulheres pelo direito sobre seus corpos, seu modo de vestir e de se comportar.

Com esse enunciado-réplica e seus elementos linguístico-visuais, a revista reivindica objetivamente sua posição discursiva em relação ao tema em discussão. Para imprimir-lhe um efeito de verdade, o sujeito que enuncia cita outras vozes sociais autorizadas a falar a partir de determinado lugar discursivo acerca da questão em pauta (pesquisadores, psicólogos, coordenadores de ONGs, doutora em saúde coletiva), além de explicar as consequências práticas para a sociedade no tocante à diferença de tratamento entre homens e mulheres, que vão desde uma mulher receber menos do que um homem pela mesma função, passando pelas expectativas de aprendizagem diferentes para meninos e meninas na escola até a violência doméstica e o feminicídio.

Nessa dinâmica, as capas de revista são consideradas “lugares de memória”, conceito do qual falava Pierre Nora (1993, p. 12-13), visto que é de sua natureza valorizar “mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado”. Segundo o historiador, para se inscrever nessa categoria é necessário que exista uma *vontade de memória*, isto é, um deve existir uma finalidade memorialista. Ora, as capas de revista são lugares de memória visto que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...] porque essas operações não são naturais”. (NORA, 1993, p. 13) A memória “se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no

vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem”. (*idem*, p. 14)

Nesse sentido, o embate discursivo sobre a pedagogização da sexualidade e das relações de gênero sai do espaço relacional do cotidiano, dos debates políticos, dos confrontos discursivos nas redes sociais, nos grupos de *whatsapp* e ganha a esfera midiática impressa, onde passa a se estabelecer relações de poder fundamentadas na produção e na circulação de um discurso que põe em funcionamento outros jogos de verdade em torno da sexualidade. Desse modo, dada a incerteza do futuro e a preocupação com a representação do presente, a capa de revista materializa um discurso de tolerância, de diversidade, de representatividade, garantindo sua integração a um arquivo, tornando-se um lugar de memória.

Por fim, antes de passarmos para as considerações finais, relembremos a afirmação de Deleuze (1990, p. 160): “Devemos separar em todo dispositivo as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; a parte do arquivo e a do atual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico”. O atual, segundo o autor, é esse devir que bifurca a história. Compreendemos, assim, que as linhas do passado recente e do futuro próximo desse dispositivo que denominamos “Dispositivo da Educação Sexual” encontram-se emaranhadas. Esse devir que bifurca a história da Educação Sexual aponta para caminhos sombrios, incertos e ainda desconhecidos, uma vez que:

Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balizado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da ideia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história (NORA, 1993, p. 19).

A dualidade de posicionamentos em relação à educação sexual infantil, o embate discursivo que evidencia sujeitos favoráveis ou contra a inserção de sexualidade e gênero no currículo escolar, nos permite observar os constantes (re)arranjos por que passa o dispositivo da educação sexual. Afinal, seus elementos não estão dados de antemão, mas têm a possibilidade de irromper e se modificar nos movimentos de criação das linhas por onde ele se molda. Por serem transitórias, essas linhas e regimes que compõem o dispositivo só funcionam integradas a configurações de poder a partir do qual saberes e condicionamentos sociais são “distribuídos” aos sujeitos.

Desta maneira, a sexualidade é investida de poder tendo em vista que, no cerne da sociedade, ela é responsável por estabelecer uma espécie de controle da subjetividade, inserindo os sujeitos dentro de um “regulamento” cuja natureza é de ditar as normas pelas quais os corpos necessitem se submeter para serem aceitos, para alcançarem a visibilidade ideal, para entrarem na *ordem do discurso*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Foucault (2013, p. 367), no artigo intitulado *Sobre a história da sexualidade*, movido por movimentos estratégicos, um dispositivo intervém sobre o campo de forças em que se insere, com o intuito de desenvolvê-las em determinada direção, de impedir certos caminhos, de utilizá-las em proveito de seus objetivos. Todavia, sendo essas forças móveis, instáveis, heterogêneas e da sua confrontação ser inevitavelmente tensa – pelos efeitos de resistência que suscitam - torna incerta a estabilidade de um dispositivo, produzindo, assim, a necessidade de rearranjos e de rearticulações constantes em sua configuração, o que gera fissuras nos estados de dominação que tal dispositivo engendra.

Como resultados de nossas análises, verificamos que as linhas de força, que articulam o ver e o dizer na Revista *Nova Escola*, agiram, nas edições anteriores a 2015, definindo a sexualidade em sua dimensão biológica, voltada para questões preventivas de saúde. No entanto, constatamos que nas duas últimas edições da Revista *Nova Escola*, publicadas em 2015 e em 2019, o conceito de gênero, até então silenciado, ofuscado, vem à tona, sendo o tema principal da reportagem, compondo tanto as curvas de visibilidade quanto as de enunciabilidade. Segundo Deleuze (1990, p. 159), “nós pertencemos a dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo em relação aos precedentes pode ser chamada de sua atualidade, nossa atualidade”.

O “atual” no dispositivo da Educação Sexual, “a parte do devir”, o esboço “daquilo em que vamos nos tornando”, o “desconhecido que bate à nossa porta”, o “diagnóstico que faz prosseguir a análise por outros caminhos”, utilizando expressões de Deleuze (1990), é instaurado quando a revista afirma a necessidade e a urgência de desfazer a confusão entre sexo, sexualidade e gênero.

Ao afirmar convictamente que “Precisamos falar sobre Romeo...”, a revista, voltada para o ensino de crianças e adolescentes, quebra uma regularidade discursiva e dá visibilidade a um garoto de cinco anos, transgênero, estampado na capa. A linha de fuga do dispositivo também se evidencia quando a revista rebate um discurso que o atual governo tenta legitimar ao enunciar que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” com um enunciado-resposta “Eles usam a cor que quiserem”.

Enquanto o cenário político atual tenta preencher as linhas do dispositivo da educação sexual através de discursos sexistas, racistas, discriminatórios, bem como através de leis e regulamentações políticas baseadas no silenciamento da sexualidade infantil em ambiente

escolar, observamos que a mídia, nos últimos anos, vem tentando remanejar e rearticular dizeres da ordem da diversidade, da tolerância e de afirmação da sexualidade e das relações de gênero, o que atesta o movimento constante desse dispositivo e suas consequentes modificações. Dessa forma, instaura-se um “furo” no dispositivo, produzindo variações de direção, engendrando derivações, isto é, fazendo configurar as linhas de atualização, por meio das quais se operam as transformações de um dispositivo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.
- CARVALHO, P. H. V.; SARGENTINI, V. M. O. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: JUNIOR FERNANDES, A.; SOUSA, Kátia Menezes. (orgs.) *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: EdUFG, 2014, p. 23-34.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- COURTINE, J-J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (org.). *Análise do Discurso; heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008, p.21-35.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249
- _____. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.
- _____. *A Arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2015.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: uma análise de discursos que remonta à história para retoricar a filosofia. In: *Anais do III Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação*. Ilheus: Editus – Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016, p. 3213-3223.
- _____. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. In: *Moara: Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Letras da UFPA*. Edição 43, Estudos Linguísticos, Belém-PA, jan /junho 2015. p. 6-25
- _____. *Foucault e Pécheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: *Pro -Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/agosto. 2008, p. 17-23.
- MILANEZ, Nilton. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. In: *Acta Scientiarum. Language and Culture*. v. 31, n. 2, . Maringá-PR, 2009. p. 215-222
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: 1993, v. 10, p.7-28
- Revista Nova Escola. Ano 30. n.279. São Paulo: Fundação Lemann fevereiro 2015
- Revista Nova Escola. Ano 34. n.321. São Paulo: Fundação Lemann abril 2019
- Revista Textual. v.1. n.25. (maio de 2017). Porto Alegre: SINPRO / RS. 2017.

Revista Veja. Edição 2552. Ano 50. n.42.
18/10/2017. São Paulo: Editora Abril. 2017

SARGENTINI, V. M. O. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In K. M. Souza & H. P. Paixão. (Orgs.) *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Ed. Intermeios, 2015

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

Submissão: 06 de novembro de 2019.

Aceite: 15 de novembro de 2019.